



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE  
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL - CMDUA

ATA 2765

1 Aos **oito** dias do mês de **maio** de **2018** (dois mil e dezoito), reuniram-se, em caráter **ordinário**, na Sede da  
2 SMAMS - Urbanismo, à Av. Borges de Medeiros, número dois dois quatro quatro, na sala de reuniões do  
3 sexto andar, nesta capital, às dezoito horas e vinte e cinco minutos, os membros do Conselho Municipal de  
4 Desenvolvimento Urbano Ambiental, CMDUA. **Compareceram** à reunião, à **MESA**, presidindo a reunião, **José**  
5 **Euclésio dos Santos**, Vice Presidente, titular da Associação Gaúcha de Direito Imobiliário Empresarial (AGADIE), **Luiz**  
6 **Antonio Marques Gomes**, Vice presidente, titular da Região de Gestão de Planejamento Seis (RGP 6), **Ana Paula**  
7 **Tomasi**, Secretária Executiva, servidora da SMAMS, e relatora dos trabalhos. Representando as **ENTIDADES**  
8 **GOVERNAMENTAIS**, compareceram **José Francisco Furtado**, titular do Departamento Municipal de Habitação  
9 (DEM HAB); **Richard Dias dos Santos**, titular da Empresa Pública de Transporte e Circulação (EPTC); **Luana da Rosa**  
10 **Nunes**, segunda suplente do Gabinete do Prefeito (GP), **Patrícia Tschoepke**, titular da Secretaria Municipal de  
11 Urbanismo (SMURB); **Paulo Loge**, primeiro suplente da Secretaria Municipal de Obras e Viação (SMOV); **Marcos**  
12 **Profes**, titular da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMAM), e **Lívia Salomão Piccinini**, titular da Universidade  
13 Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Representando as **ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS**, compareceram  
14 **Jorge Diogo de Jesus**, titular, e **Sérgio Saffer**, primeiro suplente da Associação Riograndense dos Escritórios de  
15 Arquitetura (AREA); **Darci Campani**, primeiro suplente da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental  
16 (ABES); **Rogério Dal Molin**, primeiro suplente do Sindicato dos Corretores de Imóveis (Sindimóveis); **Fernando**  
17 **Brentano**, titular do Instituto Urbano Ambiental (IUA); **José Luis Seabra Domingues**, titular da Ordem dos Advogados  
18 do Brasil (OAB/RS), **Sérgio Koren**, primeiro suplente do Sindicato das Indústrias da Construção Civil (SINDUSCON), e  
19 **Jorge Larré**, titular do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil (STICC). E representando a  
20 **COMUNIDADE**, compareceram **Adroaldo Venturini Barbosa**, primeiro suplente da Região de Gestão de Planejamento  
21 Dois (RGP 2); **Jackson Santa Helena de Castro**, titular da Região de Gestão de Planejamento Três (RGP 3); **Paulo**  
22 **Monteiro**, primeiro suplente da Região de Gestão de Planejamento Quatro (RGP 4); **Paulo Jorge Amaral Cardoso**,  
23 titular da Região de Gestão de Planejamento Quatro (RGP 5); **Diaran Laone**, titular da Região de Gestão de  
24 Planejamento Sete (RGP 7), e **Emerson Gonçalves dos Santos**, segundo suplente do Orçamento Participativo,  
25 Temática Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano Ambiental (OP-HOCDUA). **Item Um. Abertura.**  
26 **Presidente Euclésio** (AGADIE) abriu a sessão às dezoito horas e vinte e cinco minutos. **Item Dois. Votação**  
27 **da Ata.** A ata da última reunião, número dois sete meia dois, colocada em votação foi aprovada sem  
28 retificações, recebendo três abstenções e os demais votos favoráveis. **Ata aprovada.** Conselheira **Lívia**  
29 (UFRGS) solicitou anexar a ata o seu parecer de diligências, o qual foi enviado por e-mail. Conselheiro **Diaran**  
30 (RGP 7) solicitou resposta sobre praças na região, se fez reunião na Lomba inclusive, informou quais, duas  
31 praças que seriam urbanizadas mas a SMAM colocou apenas pequena edificação, casinha, no terreno e não  
32 mais retornou, informou que tem o número do processo, que pode disponibilizar, pediu auxílio ao conselheiro  
33 Marcos, disse que a comunidade da Mapa tem cobrado dele resposta. Conselheiro **Paulo Jorge** (RGP 5)  
34 informou que na última noite houve horror na região cinco, tiroteio, até com dinamites, questiona onde está a  
35 Força Nacional que estava na cidade, informou que há diversos bairros que estão em situação de calamidade  
36 e emergência. Gostaria de manifestar que a preocupação está demais, que não há nenhum policiamento.  
37 Falou também sobre notícia publicada no dia anterior no jornal El Metro, de aprovação na Câmara de  
38 Vereadores de projeto de lei do vereador Pujol, que altera o Plano Diretor, em relação a limites de área rural,  
39 refere que a alteração foi feita sem conhecimento do CMDUA, entende ser caso sério, questiona por que o  
40 CMDUA não se envolveu, questiona quem é o conselheiro que está acompanhando fica chateado com a  
41 votação que ocorreu a parte do conhecimento do CMDUA, opina necessário discutir, disse que tentará  
42 contatar com o prefeito no dia seguinte. Conselheiro **Jorge** (STICC) informou que na última reunião não pode  
43 comparecer porque foi realizada na quarta feira, dia em que tem compromisso, refere que em dez anos de  
44 conselho faltou apenas uma vez, por motivo de saúde. Conselheiro **Jackson** (RGP 3) informou que a questão  
45 de falta de respeito com o Conselho não é de hoje, não é da atual gestão portanto, mas já ocorre assim há  
46 muito tempo, informou sua satisfação de ter a presença na reunião da Sra. **Ingrid Índia**, esposa do falecido  
47 seu colega de chapa **Leandro**, agradeceu e desejou boa reunião a todos. Conselheiro **Campani** (ABES) falou  
48 sobre a questão mencionada por Paulo Jorge, da alteração no Plano Diretor sem o trâmite prévio no  
49 Conselho, entende que o que caiba se fazer agora seja a recomendação para que o prefeito vete o projeto,  
50 sugeriria elaborar moção ao prefeito, pela falta de trâmite no CMDUA, sendo o assunto de sua competência.  
51 **Presidente** sugeriu que os fatos sejam bem apresentados a todos no final da reunião, para o amplo  
52 conhecimento e possibilidade de avaliação. Conselheiro **Sergio** (AREA) reiterou solicitação que fez na última  
53 reunião, para que possa ser formalizado pelo CMDUA, sugeriu elaborar-se ofício ao prefeito, ou à Secretaria  
54 de Mobilidade, pedindo a atenção à problema que vem sendo enfrentado pelos usuários do Catamarã, refere  
55 que o acesso, em função das obras do Cais, está se dando única possibilidade ao pedestre é passar por  
56 túnel sem guarda durante todo o período de funcionamento, com perigo de assalto, sem acesso permitido  
57 também à veículos que levam passageiros, a não ser táxis, deu detalhes. **Presidente** informou que colocará a  
58 sugestão em votação ao término da reunião. Informou ainda solicitação de uso da palavra pelo conselheiro  
59 eleito Felisberto Seabra Luigi. De acordo com o Regimento Interno colocou a solicitação em votação e a



**ATA 2765**

1 mesma foi aprovada por unanimidade. Sr. **Felisberto** (RGP 1) informou que gostaria de questionar o motivo  
2 da não publicação dos resultados das eleições do CMDUA, bem como não foi agendada a data da posse, a  
3 qual fora inicialmente planejada para o dia oito, disse que a situação causa estranheza, por isso gostaria de  
4 justificativa formal, opina que caso o atraso esteja ocorrendo face recurso ou impugnação à alguma região  
5 específica, que o mais correto seria dar continuidade ao processo nas outras regiões, de forma que os demais  
6 e o CMDUA não sejam prejudicadas. Passou a palavra ao colega de chapa, Conselheiro suplente eleito Sr.  
7 Jose Romari Dutra da Fonseca opinou que pelo princípio da publicidade a secretaria deveria publicar o  
8 resultado das eleições, acredita que este seja também o interesse da secretaria, bem como realizar a posse,  
9 falou da extensa pauta do CMDUA, opina inclusive que a continuidade da atual gestão não tenha legitimidade,  
10 opina que seja necessário se conhecer a data certa da posse, refere que na última reunião foi mencionado  
11 prorrogação por mais um mês, sem data específica. **Presidente** solicitou que o conselheiro assine o  
12 requerimento para que seja enviado para o secretário Maurício Fernandes. **Item Quatro. Ordem do Dia.**  
13 Conselheiro **Furtado** (DEMHAB) solicitou inversão de pauta para priorizar processos quatro e cinco, pela  
14 presença do empreendedor para realizar apresentação. Em votação, a inversão de pauta foi aprovada.  
15 **Processos Quatro Ponto Quatro e Quatro Ponto Cinco priorizados. Processo Quatro Ponto Quatro.**  
16 **Expediente:** 002.338280.00.0. **Interessado:** Melnick Even Angelin. **Assunto:** EVU de Edificação. **Local:** Rua  
17 Dr. Edgar Diefenthaeler, 320 – Jardim do Salso. **Relator:** DEMHAB. **Processo Quatro Ponto Cinco.**  
18 **Expediente:** 002.338281.00.8. **Interessado:** Melnick Even Angelin. **Assunto:** EVU de Edificação. **Local:** Rua  
19 Dr. Edgar Diefenthaeler, 170 – Jardim do Salso. **Relator:** ABES. **Presidente** informou a presenças das  
20 responsáveis técnicas presentes para fazer a apresentação. Arquiteta Prsicila Zamberlan e arquiteta Caroline  
21 Nunes. Arquiteta **Priscila** apresentou, projetou imagens, indicou localização, histórico dos trâmites, teor da  
22 pauta, mostrou maquete, indicou os lotes, dois, os quais compõe o projeto em conjunto, compondo quarteirão  
23 inteiro, localizado no interior do bairro planejado Central Park, informou detalhes, dentre estes que se tratava  
24 antes de matrícula única, hoje duas, fracionada para análise na CAUGE em separado, informou dimensões  
25 totais, áreas das testadas, terrenos separados e diferenciados entre si mas analisado em conjunto,  
26 apresentou o estudo de sombras, poucas interferências nos lindeiros pelo acréscimo de altura, informou  
27 embasamento legal preservação ambiental área que não tem estruturação urbana consolidada, composição  
28 de quarteirão inteiro, fachadas ativas sem perigo, preservação da mata atlântica, informou contrapartidas,  
29 prolongamentos de vias que irão consolidar o quarteirão, apresentou o regime urbanístico, refere a  
30 flexibilização solicitada para a altura de altura de quarenta e dois metros para cinqüenta e dois, sem  
31 ampliação de base, deu detalhes, justificativas e embasamentos legais, informou contrapartidas ao  
32 loteamento anterior, antes firmadas como o Central Park, a quadra F está dentro de outro, por isso se  
33 assumiu a responsabilidade de executar algumas contrapartidas viárias daquele empreendimento, listou e  
34 ilustrou quais, contrapartidas do antigo Termo de Compromisso, envolvendo urbanização de praça e  
35 execução de bacia de contenção ao lado da praça, consta também no termo de compromisso, explicou  
36 topografia, e deu detalhes. Conselheiro **Diaran** (RGP 7) questionou contrapartidas, criticou que atendam  
37 apenas ao empreendimento, e não a comunidade local, questionou quais os benefícios por exemplo serviços  
38 como creche, posto de saúde, solicita vistas. Conselheiro **Jackson** (RGP 3) e **Paulo Jorge** (RGP 5) solicitam  
39 vistas. Arquiteta informou sobre as contrapartidas viárias, que não se trata apenas de asfaltar as vias, mas  
40 também a sua abertura propriamente dita. Conselheiro **Furtado** (DEMHAB), relator, apresentou, informou que  
41 o Central Park incluía a quadra F, onde já existiam as contrapartidas de centro de eventos e reforma da  
42 escola, explicou que o caso em pauta atual trata da continuidade das contrapartidas, no caso a abertura das  
43 vias, refere que se trata de conjunto porém feito em partes, hoje restando a esta empresa efetivar. Refere que  
44 falta ainda a reforma da escola. Conselheiro **Jackson** (RGP 3) questionou onde está sendo registrada a  
45 reforma da escola. Conselheiro **Campani** (ABES), relator, apresentou, informou que é favorável ao projeto,  
46 refere que a localidade, que já se estabelece com as características propostas, contudo fica a preocupação  
47 apenas com praça e contrapartidas para a comunidade carente, como a reforma do colégio, que não foi feita,  
48 refere que há setor na PGM que controla esta execução, entende que não seja a responsabilidade do  
49 CMDUA, mas fica essa preocupação. Em relação ao projeto em si, conforme já abordado na apresentação,  
50 falou sobre o laudo vegetal, que atesta que não tem mata atlântica no local, com assinatura de três  
51 profissionais, entretanto refere que há informação de inverdade, pois de fato o local representa resquício de  
52 mata atlântica, tanto é que há essa manifestação da SMAM registrada no processo, faz essa referência como  
53 um exemplo para justificar a necessidade de se ter atenção a documentos técnicos constantes em processos,  
54 assinados, com responsabilidade técnica, mas equivocados. Em relação ao processo em si se manifesta  
55 favorável. Conselheiro **Furtado** (DEMHAB), relator, apresentou parecer, apresentou processo, deu detalhes,  
56 localizou, contextualizou, informou histórico, teor do solicitado, contrapartidas, vias, explicou forma de cul-de-  
57 saq urbanização da praça e bacia de contenção, posicionou-se favorável, com a devida formalização das  
58 contrapartidas em aditivo do termo de compromisso firmado entre empreendedor e prefeitura. Conselheiro



## ATA 2765

1 **Jackson** (RGP 3) sugere que a apresentação possa ser disponibilizada a todos através da secretaria  
2 Executiva. **Vistas à RGP 3, RGP 7, AREA, e RGP 5. Processo Quatro Ponto Um. Expediente:**  
3 002.050619.16.0. **Na pauta em:** 01/11/2016. **Interessado:** CMDUA. **Assunto:** Seminário de Planejamento.  
4 **Relator:** Comissão de Revisão do Plano Diretor. **Encaminhamentos:** 1 – Definido o dia 07/12/2016 para  
5 realizar primeiro encontro em local a ser confirmado. 2 – Definido o local do primeiro dia de seminário:  
6 Cinemateca Capitólio. Convites distribuídos aos conselheiros em 22/11/2016. 3 – Realizado o seminário  
7 preparatório em 07/12/2016. 4 – Em 07/03/2014: definida a retomada da comissão em 14/03/2017. 5 – Em  
8 04/04/2017: definir integrantes em 11/04/2017. 6 – Em 11/04/2017: definir nova configuração da comissão em  
9 18/04/2017. 7 – Em 04/07/2017: Definida realização de reunião em 11/07/2017. 8 – Em 11/07/2017: Definida  
10 nova comissão. 9 – Alterado o nome da comissão para “Comissão de Revisão do Plano Diretor” em  
11 12/09/2017. 10 – Definido dia 03/10/2017 para realização de apresentação no CMDUA. 11 – Definido o dia  
12 07/11/2017 para realização de apresentação dos temas abordados na dinâmica. 12 – Definido cronograma no  
13 formato de curso de extensão coordenado pela UFGRS, com as inscrições abertas. 13 – iniciado o Curso de  
14 Extensão em 10/03/2018. Segundo encontro realizado no dia 24/03/2018. Terceiro encontro em 14/04/2018.  
15 Quarto encontro em 28/04/2018. Conselheira **Lívia** (UFRGS) informou curso no próximo sábado, deu detalhes  
16 informou palestrantes, reforçou convite para todos participarem, reitera que todos terão espaço garantido.  
17 **Curso em andamento. Próximo encontro em 12/05/2018. Processo Quatro Ponto Dois. Expediente:**  
18 002.280305.00.4. **Interessado:** Ludemax. **Assunto:** EVU Estudo de Viabilidade Urbanística. **Local:** Rua João  
19 Moreira Maciel, 3000 – Farrapos. **Relator:** SMOV. **Encaminhamentos:** 1 – Relatado em 03/04/2018. 2 – Em  
20 diligências à SMAMS em 03/04/2018. Retornou em 17/04/2018. Vistas à RGP 2, OP, ABES e UFRGS em  
21 24/04/2018. Retornou. Conselheiro **Campani** (ABES) informou parecer de vistas em nome também de  
22 UFRGS e RGP 2. Informou teor, coloca alguns pontos de incoerência, entre estes que o requerimento é  
23 assinado apenas por uma pessoa, devendo contudo os procuradores assinar em conjunto de pelo menos  
24 dois, também que a licença de operação apresentada encontra-se vencida, considerando ainda que a  
25 solicitação envolve nova edificação sobre área de preservação permanente, se colocam assim como o relator  
26 contrários ao projeto. Conselheiro **Emerson** (OP) informou parecer de vistas, disse que fez análise de todo o  
27 processo, informou teor, localização, justificativa, histórico, atendimentos que a empresa deveria fazer para  
28 manter a licença, que não há necessidade de traçado viário, sendo as cargas e descargas feitas todas na  
29 área do imóvel, que não há gravames previstos no plano, que o regime não residencial, que o índice de  
30 aproveitamento pode ser aplicado sobre a totalidade da matrícula, que requerente tem licença para atuar  
31 como depósito sem atividade de indústria, que parecer da CAUGE emite diretrizes em dois mil e dezessete,  
32 para dar andamento à regularização, que houve levantamento de informações feito pela SMURB, informou  
33 manifestações, posteriormente que houve parecer da CAUGE favorável à aprovação do EVU, que o trâmite  
34 posterior foi ao conselho, que a solicitação de diligências do relator levou o processo à SMAM, que anexou  
35 respostas, que buscou respaldo técnico e jurídico pensados ao processo, listou informações e pareceres  
36 favoráveis, incluindo corpo técnico e PGM com a fundamentação jurídica, referiu a licença de operação  
37 emitida em dois mil e treze, com a condicionante para fosse feita a regularização do empreendimento, e  
38 considerando os diversos apontamentos e que a situação é consolidada, manifestar-se favorável à aprovação  
39 do solicitado. **Conselheiro Paulo** (SMOV), relator, manteve o seu posicionamento contrário à aprovação,  
40 reiterou a aprovação em área de preservação permanente, o que entende ser inadequado. Conselheiro  
41 **Campani** (ABES) informou que pediu vistas para melhor conhecer o parecer da procuradoria atrelado ao  
42 Arroio Dilúvio e a Avenida Ipiranga, aponta questão que achou interessante, que o parecer faz uso de dois  
43 artigos do código florestal que foram vetados, também que o procurador se utiliza de artigos de medida  
44 provisória que também não foi aprovada, entende haver incoerência, também a posterior citação da resolução  
45 do Conama, criando um mundo jurídico distante da realidade vigente, registra sua opinião de que o parecer do  
46 relator está correto. Conselheiro **Emerson** (OP) opina que o conselheiro tenta desviar atenção, defende a  
47 necessidade de considerar as informações existentes no expediente, refere que há pareceres favoráveis da  
48 PGM, SMAM e CAUGE, estando atendidas flexibilização por se tratar de projeto especial, refere que se trata  
49 de empresa antiga, opina que deva se considerar as questões que constam no expediente. Finalizadas as  
50 manifestações, o parecer contrário do relator foi colocado em votação e não foi aprovado, recebendo três  
51 votos favoráveis ao parecer contrário do relator, doze votos contrários ao parecer contrário do relator, e duas  
52 abstenções ao parecer contrário do relator. **Parecer contrário do relator vencido.** Em sido vencido o parecer  
53 do relator, em atendimento ao Regimento Interno, foi informado que o processo seria redistribuído para nova  
54 relatoria, de voto divergente a do relator, atendendo à ordem de distribuição de processos. Conselheiro  
55 **Fernando** (IUA) solicitou a palavra. **Presidente** solicitou que em estando finalizada a votação, que a  
56 manifestação fosse feita na próxima reunião, quando na nova análise. Conselheiro **Diaran** (RGP 7)  
57 questionou quando seria feita a designação do novo relator e presidente informou que seria no mesmo dia.  
58 **Processo redistribuído. Novo relator: GP. Processo Quatro Ponto Três. Expediente:**





**ATA 2765**

1 002.257912.00.0.00006. **Interessado:** FRAPORT – Aeroporto. **Assunto:** EVU – Estudo de Viabilidade  
2 Urbanística para Drenagem do Sítio Aeroportuário. **Local:** Av. Sertório, nº 1988 – Navegantes. **Relator:**  
3 UFRGS. **Encaminhamentos:** 1- Relatado em 02/05/2018. 2 – Diligência ao DEP, DMAE e Requerente. Não  
4 retornou. **Adiado. Processo Quatro Ponto Seis. Expediente:** 002.314207.00.8. **Interessado:** MLX  
5 Empreendimentos Imobiliários. **Assunto:** EVU. **Local:** Av. Fabio Araújo Santos, 1145 – Nonoai. **Relator:**  
6 EPTC. Conselheiro **Richard** (EPTC), relator, informou que o processo não estava consigo, que retornaria na  
7 próxima sexta feira, solicitou prazo, se compromete a relatar na próxima terça feira. **Adiado. Presidente**  
8 colocou em votação proposta do Conselheiro Campani, UFRGS e RGP 5, para que houvesse o  
9 encaminhamento formal ao prefeito de sugestão do CMDUA no sentido de proceder o veto do projeto de lei  
10 aprovado na câmara na última segunda feira, que alterou limites de zona rural, tendo em vista a falta de  
11 avaliação do CMDUA. Fez a leitura do Regimento para verificar a forma correta de encaminhamento, de  
12 forma a não desrespeitar esferas de governo, opina que seja caso omissis, houve debate. Conselheiro  
13 **Campani** (ABES) reiterou o corrido, que houve alteração em lei complementar, no Plano Diretor da Cidade,  
14 sem que houvesse a avaliação pelo CMDUA, coloca que de fato não é explicitado no regimento a  
15 competência propriamente dita do conselho de se posicionar referente a alterações no Plano, contudo  
16 compreende-se que o conselho seja órgão competente para tratar de questões do Plano Diretor, sendo com  
17 base no artigo 29 do regimento Interno o CMDUA pode se manifestar e esclarece que o apontamento seria no  
18 sentido de alertar sobre a competência do CMDUA, sugerindo o veto para oportunizar posicionamento do  
19 Conselho do Plano Diretor. Conselheiro **Gomes** (RGP 6) entende que seja necessário a valorização do  
20 CMDUA, que quando a Câmara tenta fazer interferência direta no Plano, por mais que tenha competência, o  
21 Conselho não pode silenciar. Concorde que seja formalizada solicitação de veto ao prefeito e encaminhe a  
22 questão ao CMDUA, reafirma as suas funções e competências, bem como necessidade de valorização.  
23 Conselheiro **Jorge** (AREA) concordou com as colocações, contudo não concorda em solicitar que o prefeito  
24 vete, mas que possa se manifestar depois de ouvir a opinião do CMDUA. Conselheira **Patricia** (SMURB)  
25 informou que é praxe que todos os projetos de lei sejam encaminhados para consulta prévia antes da  
26 aprovação, pessoalmente concorda que os encaminhamentos de alteração do Plano devam ser discutidos no  
27 CMDUA, mas não é o que está regrado no Plano, que prevê o que é objeto de resolução, decreto e lei.  
28 Informou que independentemente disto a secretaria e setor técnico faz manifestação técnica, ou seja, de  
29 aconselhamento técnico. Conselheiro **Campani** (ABES) informou que este envio para o setor técnico não  
30 seria obrigatório, disse contudo que habitualmente quando um vereador protocola um projeto, o mesmo é  
31 encaminhado ao executivo, nesse sentido acredita que a secretaria responsável pelo tema em si tenha o  
32 projeto e poderia trazê-lo para o conhecimento do CMDUA. Conselheira **Patrícia** (SMURB) propôs envio da  
33 proposição ao setor técnico. Conselheiro **Emerson** (OP) falou sobre as discussões das AEIS e área rural, que  
34 houve muita tentativa de se manter as AEIS já gravadas nas áreas rurais, refere que houve audiência pública,  
35 que houve pouca participação popular mas que viabilizaram que ficasse dessa forma gravados, contudo disse  
36 que a situação gerou entraves a diversos empreendimentos que não puderam ser aprovados em dois mil e  
37 dez, em torno de quatro ou cinco áreas, as quais entende que devam também ser revistas, opina que o único  
38 problema em relação à deliberação da câmara seja mesmo o vício de origem, por competir ao Executivo  
39 alterar regime urbano. Houve debate e finalizadas as manifestações o **Presidente** colocou em votação a  
40 proposta de encaminhamento de ofício ao Prefeito, sendo aprovada com nove votos favoráveis, um voto  
41 contrário e sete abstenções, com a deliberação de envio prévio ao secretário Mauricio para o *De Acordo*. **Item**  
42 **Cinco. Término.** Finalizadas as manifestações, às vinte horas, foram encerrados os trabalhos do dia do  
43 CMDUA. Eu, **Ana Paula Tomasi**, Secretária Executiva e relatora, juntamente com o presidente da sessão, o  
44 Vice Presidente **José Euclésio dos Santos**, assino e lavro a presente ata.

51 **Ana Paula Tomasi**  
52 Secretária Executiva  
53 Relatora

51 **José Euclésio dos Santos**  
52 Vice Presidente CMDUA  
53 Entidades Não Governamentais

54 **Ata aprovada na sessão do dia 15/05/2018, com as seguintes retificações:**

55 - Falas diversas do Conselheiro Campani retificadas.

56 - **Página 1, linhas 46 e 47:** retificação do nome "Ingrid", corrigido por "Índia", e inclusão do nome "Leandro".

57  
58  
59 **O áudio da sessão encontra disponível na Secretaria Executiva do CMDUA.**